



A escravidão e seus locais de memória – O Rio de Janeiro e suas “maravilhas”

Renata Figueiredo Moraes

Universidade do Estado do Rio
de Janeiro (UERJ)
renatafm2003@yahoo.com.br

O Rio de Janeiro colonial e escravista é um contraste à ideia de cidade maravilhosa. Apesar do esforço atual de inserir o quesito “maravilha” na região portuária, foi por ela que milhares de africanos destinados a escravização chegaram. O texto reflete sobre o Cais do Valongo e o cemitério dos pretos novos, tratando-os como locais de memória do tráfico e dos descendentes de africanos escravizados. Os diferentes usos públicos e políticos feitos desses locais também serão tratados uma vez que tem recebido diferentes atenções por parte das esferas pública e privada, e também internacional, como a UNESCO. A área teve sua memória constantemente trabalhada desde o Império tendo na República dois momentos: Pereira Passos e a grande remodelação da cidade no início do século XX e recentemente diante das obras de revitalização do Porto.

Palavras-chaves: Valongo, africanos, memória

Abstract:

The colonial Rio de Janeiro and slave is a contrast to the wonderful city of idea . Despite the current effort to put the question " wonder" in the port area , it was for her that thousands of Africans for enslavement arrived. The text reflects on the Valongo 's Wharf and the cemetery of new blacks, treating them as site traffic memory and the descendants of enslaved Africans . Different public and political uses made of these sites will also be treated once it has received different attention by the public and private spheres , as well as international , such as

Resumo:

UNESCO . The area had its memory worked constantly from the Empire and the Republic has two stages: Pereira Passos and the major refurbishment of the city in the early

twentieth century and recently before the Port redeveloped .

Keywords: Valongo, African, memory.

O passado da cidade do Rio de Janeiro nem sempre pôde ser visto a olhos nus. Parte dele está enterrado sob os asfaltos e ruas feitas para agilizar o trânsito de pessoas. À medida que a cidade cresce, novas obras precisam ser realizadas para a abertura e reformas de avenidas. É nesse movimento de renovação, que passa também algumas residências diante das necessidades dos seus moradores, que o passado escravista do Rio de Janeiro veio à tona. Dois casos exemplificam o exposto até aqui: a descoberta do cemitério dos pretos novos, em 1996 e o Cais do Valongo, em 2011.¹ Esses achados feitos ao acaso suscitaram novas pesquisas a respeito dos caminhos da escravidão no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, além de confirmar hipóteses levantadas em outros estudos. Esse texto pretende fazer uma discussão sobre o passado e o presente da cidade e o uso atual de uma memória da escravidão.

A história do Rio de Janeiro pode ser contada a partir de diferentes perspectivas, sendo uma delas a que valoriza sua vertente “maravilhosa” e moderna em detrimento de uma que ressalte o elevado número de africanos destinados a escravização que nela desembarcou. Como conciliar essas histórias e o seu peso na formação de uma memória para a cidade que muitas das vezes quer olhar para frente, para o futuro, esquecendo alguns pontos do seu passado?

O constante uso de alguns verbos – preservar, recuperar, restaurar e revitalizar – em ações que visam rememorar o passado é um sinal da perda da fé ilimitada no futuro, algo existente no início do século XX. Nas últimas décadas, o passado tornou-se uma das dimensões da singularidade, um suporte na busca pela diferença.² Se durante um tempo as reformas urbanísticas tinham como justificativa a ideia do Brasil como país do futuro, merecendo, portanto, uma cidade como tal, atualmente o tempo pretérito é o principal privilegiado. Os verbos anteriormente mencionados representam ações que visam uma mudança urbanística, mas sem

¹ O cais do valongo foi descoberto na ocasião de obras de drenagem na Avenida Barão de Tefé, esquina com a Rua Camerino, no momento inicial das obras para a construção do Porto Maravilha. JORDÃO, Rogério Pacheco. *Uma descoberta anunciada: lembranças, apagamentos e heranças do mercado de escravos do Valongo no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Literatura, cultura e contemporaneidade), PUC-Rio, 2015, p. 13

² ABREU, Maurício. “Sobre a memória das cidades”. *Revista Território*, ano III, nº 4, jan-jun, 1998.

perder uma ligação com o passado, apesar de ainda projetar o futuro. Essa “memória urbana” que tanto se pretende preservar faz parte da construção da identidade de um lugar.³ Ao mesmo tempo, é possível identificar na cidade uma “memória construída pelo poder”, ideia de Gilmar Arruda para pensar o privilégio a determinados espaços e escritos. Segundo esse autor, no início do século XX essa memória teve como base documentos divulgados por organismos estatais ou pela imprensa e que eram compostos por mapas, relatórios e descrições, dentre outros. Com isso, se articulavam essas memórias construídas pelo poder e os desejos políticos de reutilizar uma área dando a ela uma identidade territorial nacional.⁴ Para esse último caso, não é difícil deixar de relacionar com o esforço tanto do Império quanto dos primeiros anos republicanos de articular novos interesses a uma mesma área. O Valongo, no final do século XVIII e início do XIX, principal local de chegada de africanos para a escravização, se tornou em 1843 o local do desembarque da Imperatriz, sendo essa a memória que se pretendia preservar no Império. Na República, rememorar o Império já não fazia parte dos projetos do prefeito Pereira Passos e nem do seu plano urbanístico. Há, portanto, a construção de uma nova identidade por meio de esforço público. Afinal, o futuro do país recém republicano deveria ser privilegiado em detrimento a exposição do passado. Sendo assim, a memória construída para essa região tinha propósitos ligados a interesses políticos e que interferiram na posterior história do lugar.

Diante do projeto urbanístico de Pereira Passos, e até mesmo quando o cais do Valongo dá lugar ao da Imperatriz, qual seria o lugar da memória da escravidão na cidade do Rio de Janeiro? Apesar do aterramento do Cais e, conseqüentemente dos vestígios materiais do Império, o legado da presença africana na região portuária não seria facilmente apagado.

Portanto, diante das descobertas arqueológicas dos últimos 20 anos ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, os vestígios da escravidão africana reapareceram e, dessa vez, de difícil aterramento. Ressignifica-se a presença africana na cidade maravilhosa ao mesmo tempo em que revela a seletividade de uma memória e seu enquadramento feito há mais de um século a fim de atender alguns interesses políticos de uma determinada época. Dentre eles, o texto vai destacar alguns: o primeiro quando o próprio Cais do Valongo se tornou a porta de entrada dos africanos na colônia portuguesa. A antiga região de desembarque, dentro da cidade, foi eliminada para atender a uma demanda de políticos e moradores insatisfeitos com as imagens proporcionadas

³ *Idem*

⁴ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*. Entre a História e a memória. São Paulo: EDUSC, 2000, p. 42.

pelo desembarque e venda de escravos. O outro momento foi em 1843, quando após o fim do comércio de escravos, em 1831, se reforma o antigo Cais para o desembarque da Imperatriz Teresa Cristina. O passado escravista pretende-se eliminado sob as novas pedras do Cais. Um terceiro momento ocorre com a reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos que aterra o Cais e remodela o antigo Porto. A memória da escravidão estava eliminada em prol de um projeto político de embelezamento da cidade, ordenação das ruas e consequente preparação da área para o futuro promissor proporcionado pelo aumento das exportações do café. Nesse processo, preservar o passado vergonhoso da escravidão não correspondia aos interesses políticos de constituição de uma nova História do Brasil, dessa vez republicana.

Se o processo de apagamento da escravidão ocorreu em meio a interesses públicos de construção de uma memória, o seu desenterrar se assemelha, mais uma vez, a novos objetivos políticos para a região. As descobertas do cemitério dos pretos novos e do Cais do Valongo encontram-se em meio ao processo de “revitalização” de uma área, que diziam estar esquecida, e dentro do projeto de legado olímpico a ser deixado para a cidade.⁵ As espas servem para marcar o peso que essa palavra causa principalmente para aqueles que habitam a região por mais de um século. Estaria mesmo a região portuária esquecida? As diferentes formas de resistir a esse “esquecimento” público de décadas não haviam dado nova vida a essa área? O surgimento do samba e dos blocos de carnaval, a presença de descendentes de escravos, a circulação de diferentes tipos de trabalhadores envolvidos com a exportação do café deu características ímpares a zona portuária. No entanto, seu quesito “maravilha” aparece na última década como fruto de uma intervenção pública e carregada de novos sentidos e objetivos. Ainda assim, o passado escravo descoberto nas ruínas do cais e do cemitério reascendeu o termo “Pequena África” que, mais do que nunca, aparece para se referir a região. No entanto, seria tão pequena assim essa África no Rio de Janeiro?⁶

Esse texto dialoga com a perspectiva da história da memória da escravidão, que tem como base o impacto do seu processo de patrimonialização da memória na África por conta do projeto *Rota dos escravos* da UNESCO. Hebe Mattos também insere como questão importante para os debates o que os historiadores chamam de *dever de memória* e a “explosão memorial”

⁵ A região do Porto Maravilha está dentro do que foi chamado de “Boulevard Olímpico” no período das olimpíadas de 2016.

⁶ O título de “Pequena África” foi dado por Heitor dos Prazeres a região que abrangia o Cais do Porto até a Cidade Nova. MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Secretaria Municipal de Cultura, 1995, p. 130.

ocorrida diante da apropriação política feita por movimentos antirracistas no Brasil e na França. Essa apropriação deu maior complexidade às relações entre história da escravidão, memória e usos do passado.⁷ Essa reflexão lançada pela autora em muitos trabalhos serve para pensar a questão patrimonial ligada ao passado escravista e como ele é apropriado por diferentes sujeitos: afrodescendentes, órgãos governamentais, professores e, principalmente, pelo turismo. Todos esses que vivenciam um Rio de Janeiro histórico tende a considerar a escravidão de diferentes perspectivas que, muitas das vezes, mascaram um passado e, conseqüentemente sua realidade: a da permanência do racismo e das diferenças sociais.

Deste modo, um Rio de Janeiro entre um passado escravista e um presente de liberdade é o objeto desse texto. Qual memória dessa cidade se pretende preservar? Seu passado escravista ou seu presente “maravilhoso”? Como conciliar diferentes memórias para diferentes sujeitos?

O passado escravista – O Rio de Janeiro do comércio de escravos

O comércio transatlântico provocou um dos maiores deslocamentos populacionais da humanidade e seus números comprovam essa magnitude. Aproximadamente 12,5 milhões de africanos escravizados entre os séculos XVI e XIX, sobrevivendo cerca de 10,7 milhões ao fim da travessia.⁸ Apenas na primeira metade século XIX estima-se a chegada de 42% dessa população, sendo uma parte deles destinada à região sudeste, principalmente entre os anos de 1826 e 1850.⁹ No Rio de Janeiro, principal centro redistribuidor de escravos para o centro-sul, o desembarque de africanos era feito em cais na Baía de Guanabara ou em locais improvisados, tendo essa cidade uma demanda maior por escravos em comparação a outras áreas portuárias por conta do crescimento da exploração das minas e o aumento da construção de engenhos para o fabrico de açúcar. O desenvolvimento da agricultura e, principalmente, a produção do café no último quartel do século XVIII também foram necessidades que provocaram um aumento no fluxo de africanos

⁷ MATTOS, Hebe. “Apresentação”. Dossiê Patrimônio e memória da escravidão atlântica – história e política. *Revista Tempo*, Vol. 15. n.29 Niterói Jul./dez. 2010, pp. 11-14.

⁸ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁹ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das letras, 2012, p. 35

para o Rio de Janeiro, somado a instalação do Tribunal da Relação em 1752 e a transferência da sede do Vice-reinado, em 1763.¹⁰

Durante grande parte do comércio de escravos para o Brasil, o desembarque no Rio de Janeiro foi feito na região central, atual Praça XV, ficando os africanos nos arredores e andando aos bandos, às vezes nus e, segundo os relatos da época, com infinitas “moléstias”.¹¹ Os comerciantes varejistas mantinham suas lojas de “negros novos” em grande parte na Rua Direita, permanecendo nessa área até por volta de 1825, mesmo após a criação do mercado do Valongo.¹² No entanto, essa grande circulação de escravos e do seu comércio dentro da cidade já vinha sendo reclamado por algumas autoridades. Em 1758, iniciou-se uma discussão por parte dos vereadores a respeito dos malefícios que essa atividade provocava para uma área urbana e densamente construída e habitada. A ideia era tirar da cidade esse comércio, levando-o para uma região mais afastada.¹³ Assim, transferiu-se o mercado escravista do Largo Paço para o desabitado Valongo, construído por ordem do vice-rei, o Marquês de Lavradio após alguns aterros.¹⁴

O Valongo, a noroeste da cidade, localizado entre o outeiro da Saúde e o Morro do Livramento e ainda pertencente a freguesia de Santa Rita, representou a reunião de toda a complexidade que envolvia o comércio de escravos. Além do cais, o complexo abrigava as “casas de carne”, onde os africanos recém-chegados eram negociados, e um cemitério, uma vez que o antigo local de enterramentos dos pretos novos, o Largo da Igreja de Santa Rita, ficava distante do Valongo.¹⁵ A ideia era concentrar todo o processo de chegada, recuperação e venda desses escravizados em apenas uma área a fim de ordenar o seu comércio. Toda essa movimentação atraiu para essa região diferentes tipos sociais tornando a região uma das mais movimentadas do Rio de Janeiro.

¹⁰ CAVALCANTI, Nereu. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista”. In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 22.

¹¹ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das letras, 2005, p. 298.

¹² *Idem*, p. 299.

¹³ Nesse período, a cidade era limitada pelo forte de Santiago (atual Museu histórico nacional) e o mosteiro de São Bento.

¹⁴ PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007. A transferência do comércio de escravos não foi algo simples e sem discussão por parte de comerciantes. Alguns resistiram à transferência e permaneceram com as vendas de escravos na área central. Apenas em 1774, o Marques do Lavradio deu um ponto final na discussão e determinou a região do Valongo como área de comércio e enterramento dos mortos. CAVALCANTI, *op. cit.* p. 49.

¹⁵ O enterro dos escravos no largo de Santa Rita também descontentava os moradores dessa região, inquietos pelos rituais nada europeizados que os africanos faziam em caso de um sepultamento de um companheiro de nação. Jaime Rodrigues cita o ritual moçambicano ocorrido nessa região e descrito por Mello Moraes.

O funcionamento do Cais do Valongo foi o período de maior entrada no Brasil de africanos destinados a escravização e teve seu ápice comercial na década de 1820. Esse comércio gerou avanços na tecnologia de navegação uma vez que eram necessários métodos cada vez mais seguros para o transporte de uma “mercadoria”, viva, entre um continente e outro. O local do embarque e desembarque deveriam ser seguros e de fácil condução dos escravizados.¹⁶ Esse infame comércio exigia uma meticulosa logística.

Nos locais do desembarque havia os barracões que tinham como finalidade servir para o depósito daqueles que chegavam desidratados, enfermos e esfomeados. Para esses, havia uma espécie de quarentena que servia para que pudessem se recuperar da viagem, ganhar peso, aprender um pouco o português e, assim, aumentar seu valor de venda. Nesse período recebiam muda de roupa e tinham suas chagas tratadas, às vezes tendo como base as “sangrias” feitas por “barbeiros” negros. Após essa recuperação, eram conduzidos para os galpões a fim de que fossem vendidos por comerciantes.¹⁷ O historiador Júlio Pereira chama a atenção para a concentração de todo o processo que envolvia a chegada e o “armazenamento” de escravos na área do Valongo e a permanência de cenas anteriormente condenadas pelo Marques do Lavradio, na ocasião da sua proposta de transferência do comércio. Se o Marquês pretendia acabar com o costume de escravos fazerem suas necessidades em público ou andarem nus, no Valongo essa prática ainda existia. Os africanos eram espancados, jogados ao chão sujo e permaneciam em miseráveis habitações, segundo o relato de um viajante. Pouco havia mudado, apenas o local da barbárie.¹⁸

A alta taxa de mortalidade existente entre o desembarque, a quarentena e a exposição no mercado (dinâmica do comércio de escravos na cidade) justificava a existência de um cemitério nas proximidades. Antes do Valongo, os enterros dos pretos novos ocorriam no Largo Santa Rita, podendo ficar o corpo exposto à luz do sol. Com a transferência do comércio há também a criação de um novo local de enterramentos, a “rua do cemitério”.¹⁹ Essa transferência também não agradou aos moradores da Gamboa que recebiam o indesejado vizinho. O medo era por conta dos riscos à saúde que acreditava-se correr diante da convivência desses moradores com a área de enterramento dos africanos recém desembarcados. A fiscalização feita por médicos constatou o que se temia: a proximidade do cemitério e as péssimas condições no qual o morto era enterrado,

¹⁶ CARVALHO, Marcus J. M. “O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831”. *Revista de História*. São Paulo, nº 167, p. 223-260, julho/dezembro 2012.

¹⁷ PEREIRA, *op. cit.*, p. 75.

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ *Idem*; RODRIGUES, 2005, *op. cit.* p.300.

além da grande quantidade de cadáveres num espaço pequeno, poderiam causar sérios danos à saúde e pediu-se, por isso, a sua transferência em 1825.²⁰ A mobilização dos vizinhos contra o cemitério foi essencial, segundo Júlio Pereira, para o envio de comissões que avaliassem as péssimas condições denunciadas e, assim, deixá-las registradas.²¹ Os números são alarmantes: seis mil pretos novos enterrados, sendo que dois mil apenas no ano de 1828. Apesar da magnitude dos números, pouco se sabe sobre as violências contra os mortos.²²

Esse era o cenário da cidade que vivia a estranha combinação de ser o local de moradia de dois Imperadores e capital do Império e da escravidão. Além dessa estranheza havia também a contradição de “realidades coloniais” no Brasil independente, segundo Kirsten Schultz. Uma delas, segundo esse autor, era a escravidão que parecia não combinar com uma nação independente que implementava um Império e que se colocava sob um escrutínio renovado.²³

Esse Império que se pretendia civilizado, mas que permanecia com essa escravidão colonial, tinha nas vielas da Corte escravos carregando tabuleiros de frutas na cabeça, ou então levando senhoras e senhores nas cadeirinhas, e até mesmo trabalhando como barbeiros e praticando uma medicina com uso de sangue-sugas e sangramento. Havia também os de ganho, que eram aqueles que poderiam exercer atividades na cidade desde que pagassem ao seu senhor uma certa quantia adquirida através desse trabalho.²⁴ Todo esse cotidiano da escravidão no Rio de Janeiro foi documentado por viajantes e em especial pelo francês Jean Baptiste Debret que deixou registrado para os leitores contemporâneos a cidade escrava. Esses registros iconográficos confirmam a ideia de uma “cidade negra” e também “cidade esconderijo”, uma vez que o convívio entre escravos e libertos acabava permitindo algumas fugas e novas relações sociais.²⁵ O perigo da “africanização” que, segundo Schultz, citando um observador da época, “cada nova importação de escravos, são novos combustíveis que se acumulam no vulcão” significava o prejuízo dessa forte dependência do Brasil dos escravos africanos. A solução seria o incentivo a reprodução escrava

²⁰ RODRIGUES, 2005, *op. cit.* p.303 O cemitério só foi fechado na ocasião do fim do tráfico em 1831.

²¹ PEREIRA, *op. cit.* 2007. Para maiores detalhes, ver PEREIRA, 2007, especialmente o ponto 2.3 “Cemitério e moradores do entorno: mobilização e propostas para o fim do cemitério do Valongo”, p. 77-97.

²² CARVALHO, José Murilo. “Prefácio”. PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007, p. 12.

²³ SCHULTZ, Kirsten. “A crise do império e a questão da escravidão. Portugal e Brasil, c. 1700 – c.1820”. In: *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 21, nº1, p. 63-82, jan/jun2008.

²⁴ Sobre escravidão urbana e escravo de ganho ver SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

²⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

entre a população doméstica. A escravidão, entre alguns críticos, também era alvo de contestação.²⁶

Estrangeiros e africanos convivendo juntos numa cidade que pretendia ser a vitrine do Império no mundo civilizado. Diante de tamanho contraste, como interromper a barbárie do comércio de homens? Apesar do seu auge, na década de 1820, após a vinda da família Real para o Brasil e a independência feita por D. Pedro, iniciou-se a negociação para pôr fim ao trânsito atlântico de africanos destinados a escravização para o Brasil. A lei que o eliminava foi assinada na Regência, em 1831, apesar de ter sido articulada pelo Imperador antes da sua abdicação. Com o fim da entrada de africanos para a escravização, o Cais do Valongo é desativado, assim como todo o seu complexo nos arredores, entre eles os barracões que serviam de depósito. Esses locais foram queimados pelas autoridades brasileiras encarregadas de exterminar o comércio²⁷ e também com a sua memória. A escravidão permaneceria ainda por muitas décadas e, por muitos anos ainda, a própria chegada de africanos no Brasil e no Rio de Janeiro, não mais pelo Valongo.

O fim do comércio de escravos, 1831

A lei de 1831 declarava livre os escravos que fossem importados de fora do Império e estabelecia duras penas aos seus importadores. Essa foi uma forma de acabar legalmente com a entrada de africanos destinados a escravização e que traria como consequência imediata a redução da africanização do Império, o que para uns comprometia o potencial civilizatório do Brasil.²⁸ Tal perigo e o constante medo de uma grande revolta de escravos destruíram as bases de sustentação do comércio de africanos, passando a ser condenado pela opinião pública que o submeteu a um tribunal especial, dando ao agora “traficante” uma imagem negativa e distinta daquela de quando a entrada de africanos para a escravização era permitido.²⁹ Ao mesmo tempo,

²⁶ SCHULTZ, *op. cit.*

²⁷ CARVALHO, 2012, *op. cit.*

²⁸ BEZERRA NETO, José Maria. “O africano indesejado. Combate ao tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão-Pará, 1850-1860). *Afro-Ásia*, 44 (2011), 171-217.

²⁹ RODRIGUES, Jaime. “Os traficantes de africanos e seu ‘infame comércio’ (1827-1860)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, nº 29, pp. 139-155, 1995.

os contrários ao fim desse comércio enfatizavam que tamanha atitude seria para atender a uma demanda inglesa, e destacavam os prejuízos econômicos e a redução das rendas públicas.³⁰

Para Beatriz Mamigonian, a campanha pelo fim do tráfico internacional reuniu de forma ambígua os interesses econômicos e humanitários de vários setores sociais do Império Britânico. No entanto, a autora não descarta a força do sentimento antiescravista, apesar de não considerar apenas a ideia de existência de um maior mercado consumidor como mote na campanha inglesa.³¹ De todo modo, o compromisso firmado por D. Pedro I não o tirava de uma situação complicada perante o Império. Ao mesmo tempo que reconhecia a dependência da economia brasileira no abastecimento de novos braços escravos e a possibilidade de perder o apoio político, também temia uma intervenção britânica na questão. Diante de uma possibilidade de fim, entre os anos de 1826 e 1831 viu-se um grande volume de importação de africanos. No entanto, apesar da lei de 1831 provocar um decréscimo importante de chegada de africanos durante os seus primeiros anos de vigência, nos anos seguintes ele ressurgiu com proporções aterradoras,³² o que provocou forte debate no parlamento a respeito da possibilidade da sua revogação, em 1837.³³

Deste modo, como acabar tão abruptamente com um comércio tão lucrativo? De fato, uma simples lei não seria capaz de eliminá-lo. A sua proibição exigiria dos agora “traficantes” maiores habilidades para o desembarque e transporte dos africanos, agora escravizados ilegalmente. Segundo Marcus Carvalho, o desembarque desses ilegais não poderia ser feito em qualquer ponto da costa, sendo necessária a observação das condições de luminosidade e maré. O transporte também não poderia ocorrer de forma metódica uma vez que era preciso evitar o aprisionamento da “carga”. Ao relatar as novas condições do comércio, agora tráfico, o autor é taxativo: “o tráfico ilegal não era negócio para amadores”.³⁴ As condições que os africanos chegavam eram as piores possíveis, podendo passar dias na costa esperando um momento ideal para serem desembarcados. Segundo Carvalho, um traficante relatou ao parlamento inglês que depois de semanas de fome e sede, os cativos tinham que ser carregados para fora do navio,

³⁰ RODRIGUES, Jaime. “A pressão inglesa: honra, interesses e dignidade”. In: *O infame comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, 2000.

³¹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão”. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil Imperial*. Volume I – 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

³² CHALHOUB, 2012, *op. cit.* p. 36. Segundo Beatriz Mamigonian, entre 1830 e 1833 pequenas apreensões foram feitas, mas em 1834 o tráfico retornou com força total.

³³ *Idem*, p. 47-8.

³⁴ CARVALHO, 2012, *op. cit.*

devido as suas péssimas condições físicas. Diante de tamanho desgaste, esse africano recém-chegado necessitava de um tempo para se recuperar e aprender o idioma português.³⁵ Nesse caso, um exemplo de como o uso da língua portuguesa por parte do escravo recém-chegado era útil para burlar a lei de 1831 foi relatado por Sidney Chalhoub. Segundo o autor, havia um índice de evolução do domínio do idioma que era usado por autoridades para confirmar se o africano era escravizado ilegalmente e isso poderia determinar a continuidade ou não da sua escravização.³⁶ O trabalho desses dois autores não é suficiente para compreendermos as mazelas sofridas por esses africanos escravizados ilegalmente. No entanto, dificilmente teremos relatos mais precisos a respeito do cotidiano do tráfico de escravos e as regiões envolvidas nessa dinâmica.

Ainda assim, é possível constatar a eficiência e organização no qual se transformou o tráfico de escravo. Diante de tamanhas dificuldades, pequenos comerciantes se afastaram do negócio devido aos altos riscos que essa atividade agora promovia e passou a contar com uma rede de comerciantes associados e de investidores que muitas vezes incorporava o capital estrangeiro, com absorção dos riscos e perdas decorrente da fiscalização e repressão britânica.³⁷

Em 1843, quando o comércio de africanos já era ilegal, o Cais do Valongo passou por uma reforma para a chegada da imperatriz Dona Tereza Cristina Maria de Bourbon, filha de Francisco I, Rei das Duas-Sicílias e irmã mais moça do Rei de Nápoles e da Grã-duquesa de Toscana que vinha ao Brasil já casada com o Imperador D. Pedro II. O local de desembarque da esposa de D. Pedro II ficou conhecido como “Cais da Imperatriz”. Segundo os arqueólogos, o antigo cais ficou submerso cerca de 60 cm sob pedras do novo local reconstruído para esse desembarque. Essa nobre chegada foi marcada pela inauguração de um monumento-chafariz feito pela Academia de Belas Artes em cantaria na então **Praça Municipal**, hoje conhecida como Praça Jornal do Comércio. Segundo Jaime Rodrigues, construiu-se no século XIX no Valongo uma memória evocativa da perpetuação monárquica e diferente daquela dos escravos.³⁸ Acreditava-se que esconder o Cais e dar nova função e nome seria suficiente para apagar um passado nada nobre para aquele Império. A Rua do Valongo, caminho pelo qual passou D. Tereza Cristina, se transformou na Rua da

³⁵ *Idem.*

³⁶ CHALHOUB, 2012, *op. cit.* p. 91. O autor ainda cita outros casos. Um deles ocorreu em 1841 quando um grupo de africanos foi considerado ladinos por saberem falar bem o português. Ou seja, no interrogatório, o africano não foi questionado a respeito da sua forma de chegada ao país, o que poderia denunciar sua condição de escravo ilegal. Nesse ponto, ensinar o português era uma forma que senhores de escravos encontraram para burlar a lei e a fiscalização.

³⁷ MAMIGONIAN, *op. cit.*

³⁸ RODRIGUES, 2005, *op. cit.* p. 298.

Imperatriz. Tentava-se apagar a memória do comércio de escravos africanos, apesar da permanência da escravidão no Império.

O Rio de Janeiro republicano de Pereira Passos

Após o fim do Império e início da República, a presença de Pereira Passos a frente da prefeitura do Rio de Janeiro representou um momento de grande remodelação da cidade e de construção de novos conceitos sobre o seu uso. A antiga cidade colonial, que permaneceu quase intacta no período do Império, ganhava na primeira década do século novos atrativos e expressões.

Uma das mudanças previstas nesse processo estava o da reformulação do porto. Se no período colonial e imperial, a escravidão marcava a disposição da cidade para a vida do mar, uma vez que através dele chegaram africanos e mercadorias destinadas à venda, na República essa tendência se confirmava a partir de outra ótica. Dessa vez, o cais representava o progresso no qual a cidade e o país recém republicano pretendiam se inserir. Diante desse quadro de futuro almejado e passado a ser esquecido, a zona portuária passa a ser um local em disputa.³⁹

A remodelação física da cidade entrou em ação através dos contratos firmados em 1890 entre governo e empresas que teriam a concessão de direitos sobre as obras na área portuária. A previsão era a construção de um cais entre a Prainha (Praça Mauá) e a Gamboa e outro de grandes proporções para a atracação de transatlânticos.⁴⁰ A necessidade de uma obra grandiosa se dava diante do contraste existente no início do século XX entre a estrutura portuária do Rio de Janeiro e a perspectiva de negócios que a cidade vivia (entre chegada de mercadorias e de trabalhadores imigrantes). A fim de evitar que a cidade perdesse importância como porto de trânsito e

³⁹ SIMAS, Luiz Antonio. "Território de lutas e de identidades". In: TEIXEIRA, Carlos Alexandre (org.) *Rodas dos saberes do Cais do Valongo*. Niterói, RJ: Kabula Artes e projetos, 2015, p. 62-71. O autor trata da cidade como território em disputa. A fim de diminuir a escala usada por ele, uso essa ideia de disputa para tratar da zona portuária, sem deixar de considerar toda a cidade.

⁴⁰ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de cultura, turismo e esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1992, p. 215-6. Mesmo com contratos firmados em 1890, as obras do cais só foram iniciadas em 1904 após inúmeras mudanças de direitos na concessão e de diretores na Empresa de Melhoramentos, a que detinha a concessão das obras.

exportação, desenvolvia-se um profundo processo de modernização que já estava na agenda dos governantes pelo menos desde os primeiros presidentes.⁴¹

Uma das medidas de remodelação foi o alinhamento do cais, uma vez que havia uma área tortuosa que respeitava as sinuosidades do litoral. Ao fazer uma linha reta, centenas de prédios foram demolidos e um aterro construído com terras do Morro do Senado e parte do Morro do Castelo, servindo para projetar uma faixa de 100m de largura.⁴² Outra grandiosa obra foi a construção da Avenida Central, via que ligava dois importantes pontos desse antigo centro histórico: o Porto numa ponta e a Avenida Beira Mar em outra. Duas extremidades ligadas por uma via construída a partir da destruição de uma cultura das classes menos abastadas e moradoras dos cortiços, casebres e casas de cômodo presentes nas imediações dessa importante área.

Se o prefeito Pereira Passos deixou registrado seu nome da história da cidade após construir a hoje conhecida Avenida Rio Branco, o mesmo podemos dizer da remodelação da região portuária e seus aterramentos que levaram junto a história de um período pretérito. A memória da escravidão e, conseqüentemente do Império, se apagaria de vez com o aterramento do antigo Cais da Imperatriz e a mudança do nome da Rua da Imperatriz para Camerino. O novo nome do logradouro e o aterro na região esconderiam por mais de um século um local nada nobre da cidade.

Diante do esforço público de remodelação física de uma importante área da cidade, medidas públicas contra hábitos particulares considerados não civilizados, brilhantemente descritos pelo cronista Luiz Edmundo, foram tomadas a fim de que os habitantes da cidade também se modernizassem. A reboque dessas medidas vieram aquelas que condenavam ações que remetiam ao tempo da escravidão. O Código Penal da República, de 1890, era a remodelação da cidade no que se refere as posturas dos seus moradores. Entre as medidas reprimidas estão a prática da capoeiragem. No artigo 402 se proibia “fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem”.⁴³ Esse artigo trata dos “vadios e capoeiras” e classifica como vadio aquele que

⁴¹ *Idem*, p. 221.

⁴² *Idem*, p. 224.

⁴³ SIQUEIRA, Gabriel. *Cativeiro carioca*. Memórias da perseguição aos capoeiras nas ruas do Rio de Janeiro (1888-1930). Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015, p. 76.

(...) deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.⁴⁴

Ser capoeira e ser vadio estavam muito próximos no código penal republicano e ambos deveriam ser combatidos.

Para além do projeto de reformas urbanas e de melhorias no acesso à cidade, estava em curso nos primeiros anos do Brasil republicano o que o historiador Luiz Antonio Simas chama de “branqueamento racial na dimensão da cultura”.⁴⁵ Se ainda no tempo da escravidão a africanização do Brasil era a preocupação daqueles que passaram a ser contra o tráfico de escravos, o que dizer de quando a abolição acaba com a escravidão? Branquear a sociedade, esconder os vestígios da escravidão e deixar o passado para trás estava na ordem do dia. Para além de aterramentos de locais que lembravam a escravidão e o Império era preciso também enterrar práticas cotidianas. Não havia, nesse caso, nenhuma preocupação com a herança e com a cultura afro-brasileira.

Em meio a uma política de aterramento e repressão, a zona portuária se firma como a “Pequena África” e ambiente de trabalhadores do porto, imigrantes, ex-escravos, descendentes de escravos, pobres, todos vivendo sob uma mesma herança: a da escravidão e da presença africana. A região que ora se modificava era também o local por onde milhares de africanos reconstruíram suas vidas após a morte vinda com a escravidão. Ou seja, sobreviver a travessia atlântica e desembarcar no Cais do Valongo era nascer para uma nova vida.⁴⁶ Deste modo, renascendo, milhares de africanos e seus descendentes construíram uma cultura na área portuária, juntamente com outros sujeitos sociais que compartilhavam ideias, músicas, dificuldades no cotidiano do trabalho e repressão.

Ao enterrar um passado escravo e projetar novas portas de entrada para o Rio de Janeiro, o prefeito Pereira Passos planejou a nova cidade sob influência da colonialidade. A sua reforma, para os estudiosos da geografia da cidade e o uso dos espaços urbanos, é um exemplo da “constituição colonial dos saberes sobre a cidade”. Coincidentemente foram dois momentos cruciais para a memória da escravidão no Rio de Janeiro: quando se esconde e se redescobre o Cais. Se as reformas de Passos eliminaram as marcas coloniais e imperiais a escolha foi a partir de

⁴⁴ *Idem*, p. 74

⁴⁵ SIMAS, *op. cit.* p. 65.

⁴⁶ *Idem*.

referências e saberes eurocêntricos.⁴⁷ No século XXI, esse princípio da colonialidade se mantém uma vez que o novo processo de “revitalização” do Porto se faz a partir desses mesmos critérios. Segundo Diniz, essas duas reformas (XX e XXI) colocaram a cidade do Rio de Janeiro na rede de relações de poder hierárquicas do sistema-mundo. Era preciso melhorar as portas de entrada do Rio de Janeiro não para seus moradores, mas sim para os de fora, ou seja, aqueles que queriam ter na cidade um ambiente de negócios. Ao afirmar a ideia de revitalização, governantes indicam uma falta de vida na área centenária e escravista a fim de justificar as intervenções urbanísticas. Mais uma vez, numa ação governamental, os moradores da região da Gamboa são surpreendidos por reformas e imposições que tentam resistir. A força dos governos e a constituição de relações de dependência subordinam a formação social brasileira⁴⁸ e, conseqüentemente, a sua memória que passa a ser enquadrada a fim de servir a essa subordinação.

O Rio de Janeiro do presente

Em 1996, uma obra banal numa residência na rua Pedro Ernesto, na Gamboa, permitiu a descoberta de um antigo campo santo. Eram os destroços de centenas ou milhares de corpos despejados ali séculos antes. Finalmente se achava o local de enterramento dos pretos novos, criado na ocasião da transferência do comércio de escravos para o Valongo. Nas pesquisas arqueológicas feitas no terreno foram encontradas, além de ossadas, lixo urbano, como restos de comida, vidro, dentre outros materiais. Isso dá a entender que o cemitério foi transformado pela vizinhança num “lixão” após seu fechamento. No entanto, pesquisas apontaram que o hábito de jogar lixo comum nessa área era desde a época quando ainda era um cemitério. De acordo com o arqueólogo Reinaldo Tavares, parecia natural para a população ali residente descartar seu lixo uma vez que os homens ali enterrados também eram vistos, naquela época, como descartáveis para a sociedade.⁴⁹

⁴⁷ DINIZ, Nelson. “De Pereira Passos ao Porto Maravilha. Colonialidade do saber e transformações urbanas da Região portuária do Rio de Janeiro”. *E-metropolis*, nº13, ano 4, junho de 2013, pp. 40-47.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ TAVARES, Reinaldo Bernardes. *Cemitério dos pretos novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Programa de pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

A primeira pesquisa arqueológica ficou restrita ao “salvamento” das ossadas encontradas pelos operários que trabalhavam na obra da casa.⁵⁰ Apesar da precariedade desse primeiro salvamento, foi possível que cientistas de outras instituições e com interesses diversos pudessem investigar o material encontrado e assim tentar fazer um traçado das suas características. Tais pesquisas, além do campo da história e da arqueologia, podem revelar a origem de homens e mulheres que vieram para o Brasil para serem escravizados.⁵¹ Atualmente, nesse local, por iniciativa da dona da casa, funciona o Instituto dos Pretos Novos (IPN) que tende a preservar a memória e a história desse passado há muito escondido.⁵²

A rua Pedro Ernesto, rua do cemitério dos Pretos Novos, nas obras mais recentes para a colocação de trilhos para a passagem do VLT,⁵³ recebeu atenção dos arqueólogos que continuaram as descobertas de ossadas, provavelmente ainda da época de quando a região era um cemitério. Tais pesquisas sobre a área do antigo cemitério revelam um passado da cidade nada maravilhoso, mas que precisa ser preservado. A modernidade dos novos trilhos para um novo meio de transporte e os objetivos urbanísticos e comerciais para a região não pôde esconder o passado escravo.

A convivência entre um “porto maravilha” e um “cais escravo” parece ser harmônica desde 2011, quando o antigo cais foi descoberto e preservado. O passado escravo da região ressurgiu das pedras e do asfalto para deixar visível que esse presente que se reconstrói não poderia esquecer esse tempo. Diante disso, a maravilhosa cidade e sua zona portuária, que a cada dia ganha novos empreendimentos imobiliários comerciais, precisa conviver com a lembrança das antigas casas de comércio de escravos e a barbárie ali praticada durante os anos de escravidão.

Essas duas descobertas provocam um questionamento a respeito da memória e sua preservação. Qual passado celebrar de uma cidade que passou por constantes transformações durante esses 450 anos sendo, no entanto, a maior parte desse tempo predominantemente escravista? Certamente a escravidão não é orgulho dos cariocas e, talvez por isso, a maioria

⁵⁰ *Idem*, p. 95

⁵¹ O arqueólogo Reinaldo Tavares destaca a pesquisa para a descoberta do DNA e também a análise isotópica de estrôncio a fim de relacionar a quantidade presente nas ossadas com o solo africano rico desse material.

⁵² *Idem*. O local hoje recebe a atenção de pesquisadores de diferentes áreas. Duas obras importantes são de Júlio César Medeiros da Silva Pereira (Dissertação de mestrado em História, pela UFRJ) e de Reinaldo Bernardes Tavares (Dissertação de mestrado em Arqueologia, MN/UFRJ). Esses autores têm também uma inserção no IPN promovendo cursos que tratam das temáticas das suas pesquisas.

⁵³ Veículo Leve sobre Trilhos. Até a redação final desse texto (outubro de 2016), a linha que passaria na Rua Pedro Ernesto ainda não havia sido inaugurada. Para mais informações verificar <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4286> (acessado 11/10/2016).

pretenda esquecê-la. Porém, o Cais do Valongo, e conseqüentemente a sua preservação, insiste em não apagar esse passado, principalmente para aqueles que circulam diariamente por sua transformada região.

O passado do tráfico e a preservação de uma memória foi a escolha de uma cidade do outro lado do atlântico. Ajudá, na República do Benim, construiu um roteiro para tratar da escravidão e do tráfico e buscou recriar diferentes memórias desse passado escravista, dando ao escravo o papel de vítima e também o de resistente. Essa cidade foi, depois de Angola, o segundo porto escravista mais importante durante o período do comércio atlântico. A valorização da memória da escravidão fez parte de projetos da década de 1990, entre eles tendo apoio da UNESCO e de outros órgãos oficiais.⁵⁴

A memória da escravidão no Benin foi retrabalhada no projeto de construção de um roteiro turístico que visava ao mesmo tempo aumentar a atividade econômica da cidade. Esse processo de pós memória,⁵⁵ quando se manifesta em gerações seguintes dão ao lugar uma oportunidade de reexperimentação, de reinterpretção e de reinvenção do passado. Nesse processo de construção da história e da memória da escravidão, percebeu-se em Ajudá a existência de inúmeros elementos conflituosos, uma vez que a memória da escravidão não é feita apenas daqueles que sofreram, mas também daqueles que colaboraram com o tráfico atlântico.⁵⁶

Numa espécie de “percurso fictício”, a *Rota dos escravos* construída nessa cidade estabeleceu um possível trajeto feito pelos africanos, apesar da existência de uma rede de lagoas pelas quais eles passavam. Não havia tanta necessidade de marcar com exatidão um caminho, mas reforçar a ideia de continuidade. Segundo a autora: “a verossimilhança do discurso histórico é bem menos importante do que a encenação da memória do tráfico atlântico de africanos escravizados”.⁵⁷

Se para o caso de Ajudá esse possível roteiro não é fidedigno ao ocorrido no período do comércio transatlântico, apesar de pretender evocar uma memória do passado e da escravidão, para o caso do Rio de Janeiro, esse roteiro fica mais próximo da realidade diante dos achados

⁵⁴ ARAÚJO, Ana Lúcia. Caminhos atlânticos. “Memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos escravos”. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, Vol. 25, nº 41: p. 129-148, jan/jun 2009.

⁵⁵ Araújo trabalha com esse conceito de pós memória de Marianne Hirsch que vê na manifestação de pós memória entre aqueles que cresceram dominados por histórias de eventos traumáticos, lembranças esparsas de eventos vividos por outras gerações.

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ *Idem.*

arqueológicos, dos relatos de viajantes e demais fontes que comprovam um possível trajeto feito pelos escravizados após a sua chegada ao Rio de Janeiro. Apesar de ter existido inúmeros locais de desembarque de africanos e escravos no litoral brasileiro, o Rio de Janeiro é a única cidade que tem preservado um desses portos. O Cais do Valongo e o cemitério dos pretos novos estabelecem pontos cruciais dessa rota dos escravos.

Diante dessas duas descobertas feitas na cidade, foi possível identificar com maior exatidão os locais ligados a escravidão e inseri-los no “Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico e da história dos africanos escravizados no Brasil”, finalizado em 2013 e elaborado por pesquisadores ligados ao LABHOI-UFF (Laboratório de História Oral e Imagem).⁵⁸ Ao inventariar esses espaços de chegada e permanência dos escravizados, os autores e pesquisadores deram prioridade “às evidências documentais, escritas ou orais, da presença história e cultural dos africanos, com o objetivo de centrar o foco na ação e no legado dos recém-chegados”.⁵⁹ No entanto, a lista elaborada com mais de 100 indicações não é completa uma vez que podem haver outros locais onde essa presença foi marcante, apesar da falta de evidências mais concretas.

Dividido em sete diferentes temáticas, a que nos interessa nesse momento é a primeira, chamada de “Portos de chegada, locais de quarentena e venda”. Nela estão citados os locais tratados nesse texto: o Cais do Valongo e o cemitério dos pretos novos, onde a descoberta do seu local foi também registrada no texto final do inventário.⁶⁰

Sem dúvida que a descoberta da localização física do antigo cemitério deu mais substância às pesquisas que tratavam do comércio de escravo e também das condições de chegada desses africanos. O mesmo podemos dizer a respeito do Cais do Valongo. Apesar de sempre se saber da existência de um Cais na região da Gamboa, sua descoberta e preservação do espaço torna-se determinante também para pensar a geografia da escravidão e do tráfico e para estabelecer seus lugares de memória no Rio de Janeiro.

A própria UNESCO reconheceu a importância dessa descoberta ao conceder ao local o título de “Patrimônio da diáspora africana”, fixando nele uma placa que destaca a sua importância

⁵⁸ O inventário é assinado pelas pesquisadoras da UFF, Hebe Mattos e Martha Abreu e por Milton Guran, representante brasileiro da Rota do Escravo (UNESCO). O inventário está disponível no site do LABHOI (Laboratório de História Oral e Imagem – UFF) <http://www.labhoi.uff.br/memoriadotrafico> (acessado em 27/04/2016).

⁵⁹ Inventário, 2013.

⁶⁰ Nessa temática do inventário estão ainda o Lazareto da Gamboa, local de quarentena dos escravos e localizado atrás do Monte da Saúde, na Gamboa e o Mercado do Valongo, localizado na rua do Valongo (Rua Camerino) onde se localizavam os barracões e galpões e sobrados onde ficavam os escravos para serem vendidos.

para a história da humanidade, principalmente da escravização. A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, aproveitando o ensejo, declarou o local como “patrimônio cultural” da cidade.⁶¹ Ainda no processo de reconhecimento do local para a história da cidade e da humanidade, a prefeitura da cidade e o IPHAN elaboraram um dossiê para candidatar o Cais a Patrimônio da Humanidade, título concedido pela UNESCO que comunicou o aceite da candidatura no dia 1 de março de 2016, data do aniversário de 451 anos da cidade. O dossiê, composto por 255 páginas, contém justificativas que contam a história da região e evidências que dão sentido a candidatura ao título de Patrimônio da humanidade.⁶² Caso esse título seja dado, será o primeiro, no Brasil, com ligações diretas com a escravidão.⁶³

O aceite da candidatura e a possibilidade do Cais se tornar Patrimônio da Humanidade significará o reconhecimento da “memória da violência contra a humanidade representada pela escravidão, e de resistência, liberdade e herança”. A conquista representará também o fortalecimento das responsabilidades históricas não apenas do Estado brasileiro mas de todos os países membros da UNESCO.

Diante dessas descobertas e reconhecimentos, além das futuras pesquisas que serão realizadas com essas novas fontes, não há dúvidas de que a cidade do Rio de Janeiro terá que reconhecer seu passado no seu presente. No entanto, o que se pretende reconhecer? Qual memória evocar?

Herança ou resistência? Uma conclusão

No capítulo do dossiê entregue a UNESCO que trata da justificativa para a candidatura do Cais do Valongo, o primeiro argumento chama atenção: o direito de todos à memória, sendo ela a matéria-prima para a constituição da identidade social.⁶⁴ A notícia da candidatura afirma ainda que a possível conquista poderá ser o reconhecimento da “contribuição de africanos e seus

⁶¹ <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2013/11/20/porto-que-recebeu-1-milhao-de-escravos-e-declarado-patrimonio-pela-unesco.htm> (acessado em 27/04/2016).

⁶² A respeito da notícia do aceite por parte da Unesco ver http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/valongo_wharf_is_a_world_heritage_candidate/#.VvE3WeirKUK (acessado em 27/04/2016). Para o dossiê da candidatura, em inglês, http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Valongo3_VersaoFinal_WEB2.pdf (acessado em 27/04/2016)

⁶³ Para a listagem dos outros Patrimônios mundiais concedidos pela UNESCO no Brasil ver <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/> (acessado em 22/04/2016)

⁶⁴ Valongo Wharf Archaeological site. Proposal for inscription on the world heritage list. January 2016, p. 115.

descendentes à formação e desenvolvimento cultural, econômico e social do Brasil e do continente americano”. No entanto, uma dúvida se faz presente: seria necessário esse título para esse reconhecimento ou ele já não deveria ser dado de outras formas?

Quando se trata de herança se esquece, no entanto, de que tempo da escravidão está se falando e o que deveria ser preservado. Seria herança a capoeira, as vestimentas, as práticas religiosas? Porém, e a perseguição que essa “herança” sofreu nas décadas seguintes ao fim da escravidão, principalmente no processo de embelezamento da cidade e de fim de um passado escravista e imperial? E o preconceito que os praticantes das religiões de matriz africana ainda sofrem?

Os aniversários da lei da abolição, assim como o dia de Zumbi, são datas caras ao Rio de Janeiro e para aqueles especialistas que tentam ressignificar o passado escravista, principalmente o seu legado. No entanto, muitos insistem em tratar como “herança” algumas características ou ações encontradas até hoje mas que remetem ao tempo da escravidão. Problematizar essa palavra pode nos levar a pensar se realmente queremos ser herdeiros de um passado ou apenas selecionar alguns elementos para que possam permanecer num certo imaginário.

Uma discussão a respeito do “dever de memória”, enquanto garantia por parte do Estado e da sociedade de que determinados acontecimentos não sejam esquecidos, aparece na ordem do dia na ocasião de uma descoberta como a do Cais do Valongo e do cemitério dos pretos novos. No entanto, conforme destacam alguns pesquisadores que trataram dessa questão, não apenas para o Brasil mas também para outros países, qual é o papel do historiador nesses usos de um passado que, em alguns casos, traz memórias de sofrimentos e, conseqüentemente, reivindica reconhecimento? Cabe ao historiador, segundo Ângela de Castro Gomes, compreender as leituras de um tempo empreendido pelas memórias coletivas. Entre elas, merecem particular atenção aquelas ligadas às políticas governamentais e que entram num processo de enquadramento da memória.⁶⁵

O Cais do Valongo, a Pedra do Sal e todo o circuito chamado “Pequena África” entraram numa dinâmica estatal de promoção de um “circuito histórico e arqueológico de celebração da herança africana” que pretende trabalhar a “memória da cultura afro-brasileira” nesses locais

⁶⁵ ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. “Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores”. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan-jun de 2010, pp. 21-37

(incluindo também o Jardim Suspenso do Valongo, o Largo do Depósito, o Instituto dos Pretos Novos e o Centro Cultura José Bonifácio).⁶⁶ Essa dinâmica de roteiro turístico e histórico da cidade do Rio de Janeiro não problematiza o africano, o ex-escravo e seus descendentes como sujeitos de uma história de sofrimento e resistência. Ao contrário, tratam das heranças deixadas por uma população negra que parece não ter sido forçada a viver nessa região e ressignificar sua própria cultura. Na verdade, a chegada de africanos ao cais do Valongo no século XVIII e XIX era o anúncio da morte de uma vida tida em África. Chegar e sobreviver à travessia atlântica não deixava de ser um processo de ressurreição. Logo, a região do Valongo é a área de reconstrução de novas vidas perdidas na experiência da escravidão.⁶⁷ Ao mesmo tempo, lembrar a resistência desse povo que sofreu não apenas no cotidiano da escravização mas também a perseguição a suas práticas religiosas e culturais, por exemplo, precisa ser mencionado em projetos que tratam da nada pequena África.

Ao promoverem uma ação de valorização da cultura africana esquecem, porém, de destacar que ali tudo o que não se celebrava era a cultura africana. Que, na verdade, eram praticadas violência e desrespeito a essa cultura que devia ser eliminada na travessia atlântica. A questão da herança, sempre ressaltada em notícias mais recentes sobre essas regiões, também não trata da escravidão e nem muito menos propõe um debate sobre a preservação de fato dessa cultura negra e africana. Na verdade, essa “herança” que se celebra atualmente precisa ser vista mais como resistência daqueles que longe da esfera pública tentaram evitar o apagamento de uma história ao invés de uma simples preservação de uma cultura intacta e sem transformações. Um bom exemplo de resistência é a capoeira. Se nos primeiros anos da República ela foi combatida exatamente por ser a lembrança de um passado que pretendia-se enterrado, o da escravidão e dos africanos no Rio de Janeiro da *Belle époque*, hoje ela é vista como herança desse tempo. Na verdade, em estudos mais recentes, já se constatou que os capoeiristas resistiram às forças públicas e policiais e às intenções de apagamento de uma cultura negra e herdeira da escravidão. Hoje, as celebrações em torno dessa cultura na Pedra do sal, berço do samba, não lembram as resistências e as perseguições, mas sim um jogo de capoeira feito por negros no passado e hoje compartilhado por todos.

⁶⁶ A empresa responsável pelas obras na região portuária promove esse circuito citado no texto. <http://www.portomaravilha.com.br/circuito> (acessado em 27/04/2016).

⁶⁷ SIMAS, *op. cit.*

Uma oportunidade para lembrar a resistência e a nova vida dos africanos e seus descendentes na área é o projeto “Passados presentes”, lançado em abril de 2016 no Rio de Janeiro.⁶⁸ Com auxílio de aplicativos para smartphones, o roteiro turístico e pedagógico “Pequena África” identificou mais de 40 pontos dessa região que teve presença africana e escrava e que serviu, dentre outros motivos, de resistência e sobrevivência à vida de escravização e no pós-abolição. O guia elaborado a partir dos olhares de historiadores especialistas em história da escravidão e da cultura africana no Brasil dá nova leitura a roteiros turísticos que tratam apenas da herança e não da resistência.

O futuro ainda como objeto de desejo não foi de todo modo descartado nesse processo de revitalização da zona portuária que tende a preservar e rememorar o passado da cidade. A construção na Praça Mauá do Museu do Amanhã é um exemplo também da continuidade do esforço de pensar o futuro a partir de elementos abstratos e subjetivos. A proposta do museu é questionar o tempo seguinte a partir das ações humanas. Admitindo a ação do homem na natureza e sua complexa interferência no desvio de rios e no manejo de átomos e microorganismos artificiais, por exemplo, o museu tende a especular como se dará os próximos 50 anos.⁶⁹ Ainda assim, o passado é também objeto desse museu através da realização de exposições provisórias e de seminários que questionam esse tempo e a atuação do Museu no presente na área da região portuária. Mesmo assim, o objeto principal é esse “amanhã”, subjetivo e nada palpável. Ao contrário do passado quando sabemos exatamente onde está localizado e quais os instrumentos que podemos usar para lembrá-lo. Diante disso, e nesse processo de revitalização da região portuária e de ressignificação da importância da cidade do Rio de Janeiro no cenário econômico e cultural nacional, a memória da escravidão e dos seus conflitos não tem um espaço tão preservado, o que poderia ser ideal para discutirmos seus efeitos, tais como a desigualdade social e o racismo, ou seja, um pouco na linha da proposta do Museu do Amanhã. Não tendo a escravidão como objeto da ação humana na proposta do Museu ela não pode entrar como causa e

⁶⁸ O projeto *Passados presentes: Patrimônio Imaterial e Lugares de memória do tráfico atlântico de escravos no Rio de Janeiro* está sob a coordenação das historiadoras Hebe Mattos (LABHOI/UFF), Martha Abreu (UFF) e Keila Grinberg (NUMEM/UNIRIO) e propõe um turismo de memória da escravidão no Rio de Janeiro. Além do roteiro que envolve a “Pequena África” há outros três que contam também com exposições permanentes: Quilombo do Bracuí, Quilombo São José e na cidade de Pinheiral. O roteiro está disponível gratuitamente na plataforma *google play* e permite que o usuário possa conhecer, através do celular, esses locais. Ou então, se estiver na região que abrange os roteiros, o usuário poderá ser guiado através de um mapa e explicações sobre os pontos referentes à memória da escravidão. <http://passadospresentes.com.br/ppresentes-hotsite/index.php/> (acessado em 27/04/2016)

⁶⁹ <http://www.museudoamanha.org.br/pt-br/sobre-o-museu> (acessado em 27/04/2016)

produtora de efeitos que ainda poderão ser sentidos nos próximos 50 anos. O próprio Museu poderia ser o espaço de preservação dos achados arqueológicos feitos na ocasião da descoberta do Cais do Valongo. Após a realização das olimpíadas e perto do fim da gestão da prefeitura que promoveu todas essas obras na região portuária, ainda resta saber onde ficarão expostos todo esse material arqueológico. Ao promover um processo de revitalização e incentivar a construção de dois museus na região da Praça Mauá, a prefeitura e seus parceiros privados escolheram não lembrar da escravidão no Rio de Janeiro. Os vestígios desse passado e que compõe a cultura material da escravidão estão relegados a um novo esquecimento, dessa vez oficial e institucional.

Além disso, no processo constante de remodelação da zona portuária (pensando a obra no Cais do Valongo feito pelo Império e as ações de Pereira Passos como etapas desse processo) a harmonia de uma cidade é o privilégio principal. Lembrar a morte de milhares de africanos, da eliminação de culturas remanescentes da África ou os revoltosos da vacina não é o objetivo do verbo “revitalizar” e sua ação por parte da prefeitura e das esferas privadas. Uma cidade harmônica e que concilia facilmente presente e passado é o objetivo desses construtores de memória que, por sua vez, não deixam de lembrar rapidamente o passado escravista. No entanto, o destaque dado é à sua “herança” positiva e a discussão, desse modo, nunca avança. Ao afirmarem que há um processo de “revitalização”, seus promotores se esquecem (ou fazem isso de modo intencional) que essa área sempre foi o local da vida e da resistência e nunca do esquecimento. Resistir a um novo processo de remodelação da zona portuária, ainda com remoções daquilo que não serve para um novo projeto político e econômico para o Rio de Janeiro, parece ser a sina dos moradores da área, verdadeiros herdeiros da resistência, legado deixado pelos que viveram ali a escravização.

Referências Bibliográficas

Sites consultados

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2013/11/20/porto-que-recebeu-1-milhao-de-escravos-e-declarado-patrimonio-pela-unesco.htm> (acessado em 27/04/2016)

<http://passadospresentes.com.br/ppresentes-hotspot/index.php/> (acessado em 27/04/2016)

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Valongo3_VersaoFinal_WEB2.pdf (acessado em 27/04/2016)

<http://www.labhoi.uff.br/memoriadotrafico> (acessado em 27/04/2016).

<http://www.museudoamanha.org.br/pt-br/sobre-o-museu> (acessado em 27/04/2016)

http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/valongo_wharf_is_a_world_heritage_candidate/#.VvE3WeIKUK (acessado em 27/04/2016).

<http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4286> (acessado 11/10/2016).

Valongo Wharf Archaeological site. Proposal for inscription on the world heritage list. January 2016. <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5877/>

Livros, artigos, capítulos

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. “Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores”. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan-jun de 2010, pp. 21-37

ABREU, Maurício. “Sobre a memória das cidades”. *Revista Território*, ano III, nº 4, jan-jun, 1998.

ARAÚJO, Ana Lúcia. Caminhos atlânticos. “Memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos escravos”. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, Vol. 25, nº 41: p. 129-148, jan/jun 2009.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*. Entre a História e a memória. São Paulo: EDUSC, 2000.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de cultura, turismo e esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BEZERRA NETO, José Maria. “O africano indesejado. Combate ao tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão-Pará, 1850-1860)”. *Afro-Ásia*, 44 (2011), 171-217.

BRASIL, *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de escravos e da História dos africanos escravizados no Brasil*, LABHOI/UFF, 2013.

CARVALHO, José Murilo. “Prefácio”. PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. “O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831”. *Revista de História*. São Paulo, nº 167, p. 223-260, julho/dezembro 2012.

CAVALCANTI, Nereu. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista”. In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

DINIZ, Nelson. “De Pereira Passos ao Porto Maravilha. Colonialidade do saber e transformações urbanas da Região portuária do Rio de Janeiro”. *e-metropolis*, nº13, ano 4, junho de 2013, pp. 40-47.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JORDÃO, Rogério Pacheco. *Uma descoberta anunciada: lembranças, apagamentos e heranças do mercado de escravos do Valongo no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Literatura, cultura e contemporaneidade), PUC-Rio, 2015.

MAMIGONIAM, Beatriz Gallotti. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão”. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil Imperial*. Volume I – 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX.” *Novos estudos*. CEBRAP, São Paulo, 74, março 2006, pp. 107-123.

MATTOS, Hebe Maria. “Os combates a memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros”. *Revista Tempo*, Vol. 3, n. 6, Dezembro 1998, P.119-137.

MATTOS, Hebe. “Apresentação”. Dossiê Patrimônio e memória da escravidão atlântica – história e política. *Revista Tempo*, Vol. 15. n.29 Niterói Jul./dez. 2010, pp. 11-14.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

RODRIGUES, Jaime. “A pressão inglesa: honra, interesses e dignidade”. In: *O Infame comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2000.

RODRIGUES, Jaime. “Os traficantes de africanos e seu ‘infame comércio’ (1827-1860)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, nº 29, pp. 139-155, 1995.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

SCHULTZ, Kirsten. “A crise do império e a questão da escravidão. Portugal e Brasil, c. 1700 – c.1820”. In: *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 21, nº1, p. 63-82, jan/jun2008.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SIMAS, Luiz Antonio. “Território de lutas e de identidades”. In: TEIXEIRA, Carlos Alexandre (org.) *Rodas dos saberes do Cais do Valongo*. Niterói, Rj: Kabula Artes e projetos, 2015, p. 62-71.

SIQUEIRA, Gabriel. *Cativeiro carioca*. Memórias da perseguição aos capoeiras nas ruas do Rio de Janeiro (1888-1930). Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. *Cemitério dos pretos novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Programa de pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

Renata Figueiredo Moraes: Professora Adjunta de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio (2012) com mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2007) e graduação por essa mesma Universidade (2005). Tem pesquisas e produção nos seguintes temas: festas, escravidão no século XIX, Brasil Império, República, história do trabalho, ensino de História e educação das relações étnico-raciais.

Artigo recebido em: Julho de 2016.

Artigo aprovado para publicação em: Novembro de 2016.